

OCUPAÇÕES CULTURAIS: TEORIAS LEIGAS SOBRE OS SENTIDOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

CULTURAL OCCUPATIONS: LAY THEORIES ABOUT THE MEANINGS OF POLITICAL PARTICIPATION

Ivone dos Passos Maio*

Introdução

O início da segunda década dos anos 2000 foi marcado pela efervescência das manifestações políticas que integraram o ciclo de protestos do *Occupy*¹, cujos efeitos no campo ativista, suas formas de protesto e de organização parecem ecoar até hoje (ALONSO; MISCHÉ, 2016). Entre as características marcantes desses movimentos se destacaram o amplo apoio em tecnologias da informação e comunicação para organizar e mobilizar os participantes, a baixa institucionalização dos atores participantes e, de especial interesse para este trabalho, as diversas formas lúdicas, artísticas, criativas e bem-humora-

das que alguns ativistas se manifestaram. O fenômeno também se deu no Brasil, particularmente a partir do ciclo de protestos de 2013. A literatura dedicada ao ativismo e aos movimentos sociais apontou como uma das características inovadoras dos protestos sua dimensão lúdica e bem-humorada (ALONSO; MISCHÉ, 2016; BRINGEL; PLEYERS, 2015; WERNECK, 2019). Em Porto Alegre/RS, cidade vanguarda nos protestos pelo transporte público em 2013 (TEIXEIRA; FERNANDES; SILVA, 2020), a atuação de um dos atores centrais dos conflitos, o Bloco de Lutas, incluía performances lúdicas em táticas² tradicionais como as marchas. Foi assim que a referência ao batalhão da tropa de *choque* da

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: zimaio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3384-2629>.

1 Aqui o termo *Occupy* refere-se, sob pena de grosseira generalização, a uma série de protestos que ocorreram em diversas cidades do mundo a partir do fim de 2010, com continuidade em 2011. Incluindo movimentos como *Los indignados* na Espanha, Primavera Árabe, *Occupy Wall Street*, entre outros.

2 No campo dos movimentos sociais, em especial na abordagem do Confronto Político, é recorrente o uso dos conceitos *repertório*, *tática* e *performance*. Sinteticamente é possível afirmar que *repertório* se refere ao conjunto de formas de ação de protesto disponíveis em um determinado tempo e espaço, que *táticas* são as formas de ação e *performances* são as formas em ação. Uma discussão conceitual pode ser encontrada em Pereira e Silva (2020).

polícia militar foi representada por um grupo de manifestantes com perucas e nariz de palhaço, cujos escudos de isopor exibiam a palavra *nhoque* (SILVA, 2016).

Em paralelo a esses acontecimentos, surgia uma proliferação de coletivos – grupos ativistas identificados com um tipo de organização mais orgânica, horizontal, autônoma (MARQUES; MARX, 2020; PEREZ; SOUZA, 2017; ALONSO, 2017). São desses grupos que emerge grande parte das iniciativas de promover eventos em espaços públicos que integravam manifestações artísticas, diversão e protesto, identificados com a ideia de *ocupação dos espaços públicos*. Na cidade de Porto Alegre, nesse período, surgiram diversas propostas como piqueniques culturais, serenatas, *slams* poéticos, rodas de samba, festas em parques e praças que rotineiramente estavam vazias ao cair do sol, dado o pouco costume de frequentar tais espaços à noite e à violência urbana.

No entanto, a incorporação de performances lúdicas no repertório ativista tradicional parece enfrentar algumas resistências e questionamentos sobre sua pertinência e legitimidade. As notícias do dia posterior a um dos protestos de junho de 2013 na cidade, revelavam uma controvérsia: “Um grupo de cerca de 200 jovens usando panos pretos no rosto, aos gritos de ‘*protesto não é festa*’, jogou pedras nos policiais e contra o Palácio da Justiça” (APÓS..., *Zero Hora*, 2013, grifo meu). Além das críticas dentro do campo ativista, algumas abordagens acadêmicas, como será mencionado a seguir, também olham para tais repertórios e lhes acusam da falta, seja de orientação e programa político, seja de *seriedade*.

Apesar das críticas e da alegação de que “protesto não é festa”, nos anos posteriores a 2013, em Porto Alegre observou-se um

crescimento das iniciativas de coletivos cujo propósito central era promover eventos de ocupação de espaços públicos, entrelaçando política, manifestação artística e festa. Tomando esse ponto de partida, qual seja, a incorporação frequente de eventos festivos e artísticos como forma de protesto e as controvérsias em torno desta forma, este trabalho busca compreender que sentidos os organizadores desses eventos conferem à participação política.

A aproximação aos sentidos construídos pelos atores é teoricamente orientada pela perspectiva das teorias leigas. Tal abordagem tem como potência a ênfase para pensar o esforço reflexivo dos atores na construção do sentido de suas ações, de forma a mobilizar elementos similares àqueles da teoria científica: causas, relações, evidências e generalizações sobre os fenômenos e entre eles (QUINN; HOLLAND, 1987; FURNHAM, 1988; CLARKE *et al.*, 2018). Essas teorias podem ser compreendidas como parte de estruturas ou modelos interpretativos internalizados, que se voltam a um esforço de significar as experiências vividas e influenciam a ação no mundo.

Outra potencialidade da abordagem das teorias leigas é que ela convida a um jogo de aproximação e contraste com a teoria científica. Neste trabalho, o debate se coloca com o campo da participação política, que tem buscado dar conta do alargamento das formas de participação política na contemporaneidade, sem desistir de estabelecer limites sobre o que é uma ação de participação política. Assim, as teorias leigas sobre participação política dos organizadores são colocadas em um jogo de contraste com a proposição de Van Deth (2014) de um mapa conceitual sobre o que define a participação política.

Como estratégia metodológica, o trabalho inclui: a coleta de dados online na rede social

Facebook³ nas páginas dos coletivos e dos eventos, a observação participante em eventos, e entrevista com quatro organizadores.

O artigo está organizado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira busca caracterizar os eventos, que chamo de *ocupações culturais*, explorando algumas conexões dessas formas de ação política com os protestos do *Occupy* e outros eventos de ocupação do Brasil. Traz também as disputas e críticas em torno dessas formas de ação política, ora vistas como promissoras, ora como ineficientes. Na segunda seção, o foco está em dar relevo às teorias leigas sobre participação política, revelando os sentidos mobilizados pelos atores e fazendo um jogo de contraste com a proposição de Van Deth (2014) com base em três dimensões: *locus*, alvo e motivação.

1. *Ocupações culturais*: do que estamos falando?

Inicialmente, é preciso falar um pouco sobre o termo *ocupações culturais*, que proponho como um termo guarda-chuva para englobar diferentes eventos, organizados por diferentes grupos, com enfoques temáticos diversos. Tomo emprestado este termo utilizado por mais de um informante para nomear uma tática, ou seja, uma forma de ação de grupos com intencionalidade política (PEREIRA; SILVA, 2020). Ainda que cada

grupo possa performar seus eventos de maneira diferente, há uma unidade que os une: ocupar espaços públicos com eventos que entrelaçam política, manifestação artística e dimensão lúdica/festiva. Nesta abordagem, há uma aproximação com o que alguns pesquisadores dedicados a pensar especialmente as fronteiras da política e da cultura nomeiam “movimentos culturais” (GOLDMAN, 2007), com a diferença de que aqui estou enfatizando a dimensão da tática.

Este fenômeno, brevemente descrito na introdução e referido aqui como *ocupações culturais*, apresenta-se em diversas capitais brasileiras⁴. No entanto, neste trabalho é tomado com mais detalhe o caso de Porto Alegre/RS. O mapeamento dos eventos foi realizado com base nas páginas dos coletivos organizadores na rede social Facebook e nos eventos virtuais divulgados por essas páginas, buscando trazer um panorama. A seleção dos casos levou em conta grupos que estavam ativos ao longo do ano de 2019, ano de início da pesquisa, no qual ainda não incidiam as limitações da pandemia de Covid-19. Os dados obtidos indicam que, apesar das publicações terem seu principal apelo nas expressões culturais, na festa e no lúdico, estão presentes pautas de contestação social na forma como se apresentam e mobilizam seu público nas postagens virtuais (ver coluna “Sentidos políticos mobilizados”, no quadro abaixo).

3 A coleta foi feita no fim de 2019, ano em que os grupos utilizavam amplamente o Facebook e sua funcionalidade “Eventos”. Percebe-se que, nos últimos dois anos, a rede Instagram tem sido a preferida na comunicação destes coletivos. Com a pandemia de Covid-19 a partir de 2020, os eventos foram suspensos, tendo algumas edições online e sendo retomados a partir de 2022.

4 Ver Rodrigues (2015) e Cultura (2015).

Quadro: mapeamento online dos eventos de ocupações culturais em Porto Alegre/RS

| Evento | O que é? | Ano de início | Local onde ocorre | Organização | Sentidos político mobilizados |
|--------------------|--|---------------|---|-----------------------------|--|
| Serenata Iluminada | Encontro noturno, clima festivo. Participantes trazem velas/lanternas e produzem manifestações artísticas. | 2012 | Parque da Redenção; Praça da Alfândega/Cais Mauá | Grupo de seis pessoas. | Ocupação dos espaços públicos reivindicando segurança cidadã e mais projetos/ações culturais para a cidade. |
| Slam Chamego | Concurso de poesia falada com tema sobre o amor. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2017 | Viaduto Brooklin, Largo Zumbi dos Palmares, outros. | Sem informação detalhada | Informa que está em alinhamento com “pessoas que estão sempre ocupando e fortalecendo as atividades de Rua”. |
| Slam RS* | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2014 | Largo Glênio Peres | Grupo de três organizadores | Resistência, poesias com temas como o racismo, o machismo, violência na periferia, LGBTfobia, entre outros. |
| Slam das Mina/RS | Concurso feminino de poesia falada. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2017 | Praça da Matriz, Praça do Aeromóvel | Sem informação detalhada | Poesia, música e amor como resistência política/cultural. Espaço de representação das mulheres, especialmente, mulheres negras. Teor dos poemas remetem ao feminismo, crítica ao racismo. |
| Slam da Tinga | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. Ocorre na periferia. | 2014 | Esplanada da Restinga, Praça Cecores | Sem informação detalhada | Poesia como resistência à marginalidade social e cultural, “poesia salva vidas”; “Poesia marginal vive!”; “Nós por nós!” |
| Slam da Bonja | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. Ocorre na periferia. | 2018 | Praça do Sapo | Sem informação detalhada | Poesia como resistência à marginalidade social e cultural, “Sobrevivendo com métrica contra o sistema que te assombra”. |
| Slam do Trago | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2017 | Praça Piratini; calçada Bar da Carla | Sem informação detalhada | Poesia como resistência à marginalidade social e cultural, ênfase no processo seletivo e excludente das universidades. “Trago resistência”; “Trazer seus versos, botar pra fora a luta, a resistência...”. |

| | | | | | |
|--|---|------|---|---|--|
| Slam Peleia | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2017 | Viaduto do Brooklin, Largo Zumbi dos Palmares | Sem informação detalhada | Poesia como resistência à marginalidade social e cultural. Slam é “um acontecimento poético, um movimento social, cultural e artístico...”. |
| Slam Chamego | Concurso de poesia falada com pauta sobre o amor, comum que questões de gênero e sexualidade sejam colocadas de forma militante. Os/as poetas e o júri se inscrevem no dia e local do evento. | 2017 | Viaduto do Brooklin, Largo Zumbi dos Palmares | Sem informação detalhada | Poesia como resistência à marginalidade social e cultural com ênfase no tema do amor. “Amar em tempos de ódio é um ato revolucionário”. |
| Samba de terça* | Roda de samba | 2016 | Itinerante. Praça do Aero móvel, Praça Garibaldi, Parque da Redenção, outros. | Grupo musical Encru-zilhada do Samba. | Utiliza expressões como “cultura de resistência”, “não deixa o samba morrer”, “samba na rua”, “ocupa tudo”. “A cultura popular é resistência no dia a dia; comunhão de festa e consciência”. |
| Arruaça* | Festa com DJs | 2014 | Itinerante, Praça do Aeromóvel, Praça Garibaldi, Av. Sepúlveda, outros | Coletivo Arruaça | Utiliza expressões como “direito à cidade”, “festa na rua”, “cultura de pista”, “cena underground”. |
| Cumbia na rua – bailando sem fronteiras* | Festa com DJ ou músicos ao vivo | 2016 | Viaduto do Brooklin | Coletivo Cumbia na Rua. | Ocupação urbana, movimento cultural insurgente |
| Não Mexe Comigo que Eu Não Ando Só* | Desfile de bloco de carnaval feminino | 2016 | Rótula das Cuias, Parque da Redenção | Coletivo Não mexe comigo que eu não ando só | Ocupação do espaço público, igualdade de gênero, feminismo |
| Bloco da Laje* | Desfile de bloco cênico/musical/carnavalizado (com ações ao longo do ano) | 2012 | Itinerante Praça Montevideu, Parque da Redenção, outros | Coletivo Bloco da Laje | Utiliza expressões como “festa da carne”, “do povo”, “anárquica”, “libertadora”, “democrática”, “pública”, “horizontal” |
| Ai que saudade do meu ex* | Desfile de bloco de carnaval (com ações ao longo do ano) | 2019 | Orla do Guaíba | Bloco de carnaval Ai que saudade do meu ex. | Apoio ao ex-presidente Lula, campanha pela sua soltura. |

Fonte: elaboração própria com base em pesquisa no Facebook, considerando eventos que tiveram ao menos uma edição em 2019. Versão preliminar em Maio I., 2020.

* Indica eventos nos quais foi realizada observação direta, em 2019 e/ou em 2020.

Os locais escolhidos para realizar os eventos são praças, parques e largos localizados, geralmente na região central⁵, bastante frequentados e conhecidos por moradores da cidade, sem tradição de serem ocupados à noite. Quanto à organização, buscou-se identificar se há informações sobre quem efetivamente preparava o evento. Nas entrevistas realizadas foi possível compreender melhor a dinâmica de montagem dos eventos, apesar da referência aos “coletivos”, um dos organizadores informou que prepara a infraestrutura e divulgação do evento sozinho, o outro com o apoio de sua companheira. Dois dos entrevistados afirmaram que as tarefas da estruturação dos eventos eram divididas entre grupos de seis a quinze pessoas. Ainda com relação aos dados das páginas, é possível perceber que, em todas elas (à exceção da Encruzilhada do Samba), evento e organização têm o mesmo nome. Nas páginas que trazem um breve histórico é comum que a promoção dos eventos tenha justificado a criação do grupo/coletivo, ou seja, os eventos são a finalidade principal de atuação dos grupos.

Esta “cena de ocupação”⁶ atual de Porto Alegre, descrita no quadro, segundo os organizadores entrevistados, teve influência de dois movimentos contestatórios que irromperam na cidade em 2011 e 2012: “Largo Vivo” e “Defesa Pública da Alegria”. O Largo Vivo teve sua primeira edição em outubro de 2011. Atualmente, a descrição em sua página do Facebook informa: “evento político-cultural autônomo de Porto Ale-

gre”⁷, no entanto, o último evento do grupo data de 2017. A iniciativa consistia em ocupar o Largo Glênio Peres, área contígua ao Mercado Público da cidade, com atividades culturais e lúdicas de forma colaborativa, ou seja, as pessoas eram convidadas a “trazer a sua arte”. O espaço vinha sendo administrado com uma perspectiva orientada à gentrificação (SILVA, 2016), assim, o Largo Vivo propunha a ocupação daquele espaço, mobilizando pessoas também por meio das redes sociais digitais. Um dos eventos se apresentava assim no Facebook: “Fazemos piquenique, música, malabares, teatro. Fazemos amigos. Compartilhamos o espaço público, enchamos de vida a área que seria ocupada pelos carros”⁸.

Já o primeiro ato do coletivo Defesa Pública da Alegria ocorreu em 2012, em frente à Prefeitura Municipal, cuja pauta mais evidente era o descontentamento com a administração do prefeito José Fortunati (PDT), especialmente com relação às políticas de parcerias público-privadas em espaços públicos e os projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. Alguns destaques da chamada do evento no Facebook são:

Porto (ex-)Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares (...). TRAZ TUA ARTE E TUA RESISTÊNCIA!⁹

5 A exceção está nos Slams que possuem edições nos bairros de periferia: Slam da Bonja, bairro Bom Jesus e Slam da Tinga, bairro Restinga.

6 Expressão de um dos informantes desta pesquisa.

7 <https://www.facebook.com/largovivo>

8 <https://www.facebook.com/events/266054363484160/>

9 <https://www.facebook.com/events/376482099096649/>

A manifestação contou com bandas de música, performances teatrais, entre outras produções artísticas. No entanto, o fim da manifestação se deu de forma violenta, com forte repressão policial aos manifestantes que tentaram vandalizar o boneco inflável que representava a mascote da Copa. O último evento mobilizado pelo coletivo data de 2015.

Estes dois grupos organizados parecem ser os precursores locais da emergência de repertórios de contestação política articulados com performances artísticas, que ocorrem em locais públicos bastante conhecidos e tradicionais da cidade. Essas iniciativas, e outras que se seguiram, ganharam atenção da academia em diferentes disciplinas. Silva (2016) considerou tais inovações nos eventos de protesto do transporte público em Porto Alegre, no ciclo de protestos de 2013. A autora também indica, como inovação desse período, a inversão do turno das manifestações, que passam a ocorrer à noite. Para Silva, as performances e demandas se uniam, a um só tempo e expressão, ou seja, protestavam por uma cidade mais alegre, com mais cultura e contra a privatização do espaço público¹⁰ por meio de performances culturais/lúdicas no espaço público.

Vale destaque na pesquisa de Silva (2016), o fato de que essas inovações não eram consenso entre os manifestantes. Ora eram vistas como respostas criativas frente a formas desgastadas de fazer política, tendo como estratégia persuadir um público mais amplo. Ora eram julgadas como for-

ma pouco eficazes, que não geravam resultados. Tal crítica, foi sintetizada no grito “protesto não é festa”, como visto anteriormente. A controvérsia revelada no caso de Porto Alegre encontra eco no debate de ativistas, para além deste caso específico. Ao passo que manifestações artísticas e lúdicas crescem como forma de ação política, não faltam críticos para lembrar que “política é coisa séria” e deslegitimar tais ações como fora da *luta política*¹¹. Nesse sentido, é emblemático o fragmento retirado do site do Partido Causa Operária: “Ciranda não é luta. Bicicletaço, teatrinho, tuitaço, ‘distribuição de abraços’, ‘pintar a cara’, desfilar, recitar versinho, distribuir livros, rosas, também luta não é” (<https://www.causaoperaria.org.br/esquerda-cirandeira-so-pensa-em-eleicoes/>).

Ao buscar a gênese dessas iniciativas nacionais de ocupação lúdica dos espaços, grande parte das pesquisas ressaltam como possíveis influências para essas inovações na forma de protestar movimentos como *Occupy*, nos Estados Unidos da América, o *Los Indignados* na Espanha (SILVA, 2013, 2016; TIETBOEHL 2015; HECK, 2015), e ainda a “Farofada dos Desqualificados” no Largo Glênio Peres e no “Churrasco de Gente Diferenciada” em São Paulo (SILVA, 2013). As controvérsias sobre o significado político desses eventos de protesto também são verificadas nas interpretações acadêmicas sobre eles.

A análise acadêmica desses eventos variou entre certa euforia, com a novidade dos movimentos como sendo a nova resistência

10 Na época, a pauta da privatização do espaço público como política pública municipal estava em destaque, em especial com a realização da Copa do Mundo Fifa na cidade.

11 Ver Comerford (1999) e Orlandi (2019) para os diferentes sentidos da luta no campo da esquerda.

ao capitalismo, e a hesitação com relação à sua consistência e eficácia política. Segundo Carneiro (2012, p. 10), há convergência na avaliação de que falta “uma definição estratégica, programática e teórica para esses movimentos de 2011”. Zizek (2012, p. 15) afirma que um “dos perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nos lugares ‘ocupados’”. Para ele, os manifestantes deveriam “se apaixonar pelo *trabalho duro* e paciente” (grifo meu) e “pensar em alternativas” para o problema.

Já Harvey (2012), enxergou nos protestos a crítica ao sistema financeiro e em como este foi ampliando sua influência política e social. Os protestos seriam expressão de resistências à privatização do espaço e a como o poder financeiro se apropria do Estado que acaba por “excluir o público do espaço público” (HARVEY, 2012, p. 59). O tema do espaço público encontra correspondência nos eventos estudados de Porto Alegre, ainda que não possa ser indicado como pauta única ou mesmo predominante.

Assim, percebe-se que na exaltação ou na crítica à “novidade” política das ocupações, não raro emergem interpretações que falam mais das expectativas dos analistas do que dos ativistas. Como afirma Goldman (2007), muitas abordagens tendem a classificar os fenômenos aparentemente inovadores nas caixinhas já conhecidas (ou normativamente desejadas). Há ainda as críticas que tendem a diminuir tais iniciativas a partir de uma determinada visão normativa de fazer política, notadamente aquelas do campo da esquerda, identificada como esquerda combativa (BUSSANELLO, 1997).

Procurando deixar de lado essa normatividade, Dechezelles e Olive (2017) refletem sobre a necessidade de olhar para os fenômenos das ocupações lhes conferindo histo-

ricidade, compreendendo os diferentes sentidos mobilizados por seus atores (heterogêneos) e dedicando-se a olhar para as práticas concretas. Este trabalho busca contribuir em acordo com tal perspectiva, trazendo os sentidos construídos pelos próprios ativistas sobre os eventos que promovem, ressaltando suas teorias sobre porque são formas legítimas e dotadas de valor político.

2. Para além das dimensões da participação política

Muitos autores refletiram sobre como o conceito de participação política foi sendo ampliado nos últimos sessenta anos (REVILLA, 1995; BORBA, 2012; VAN DETH, 2001). Até a década de 1960, a perspectiva teórica hegemônica circunscrevia a participação política às ações ligadas ao processo eleitoral. A efervescência dos movimentos sociais dali em diante, tensionou a literatura para que desse conta desses repertórios como formas legítimas de expressão política. De lá para cá, identifica-se uma multiplicidade de repertórios políticos e uma diluição da fronteira das dimensões entre o público e o privado, o que leva Van Deth (2001) a questionar se o estudo da participação política seria o “estudo sobre tudo”.

Posteriormente, Van Deth (2014) busca sair desse impasse propondo um mapa conceitual que seja operacional o suficiente para caracterizar um fenômeno como sendo ou não uma forma de participação política. Para cumprir essa tarefa, Van Deth parte de três critérios mandatórios a) ser uma ação; b) ser voluntária; c) ser realizada por cidadãos (não por lobistas ou funcionários públicos). E também de outros quatro critérios independentes, que, sendo um deles seja atendido, informa sobre diferentes tipos de participação: d) *locus* na esfera do governo/

Estado/política; e) ter como alvo a esfera do governo/Estado/política; f) ter como alvo um problema comunitário e; g) ser motivada por intenções e objetivos políticos. Este último tipo, o autor considera que dá conta de “atividades não-políticas com propósitos políticos”, especialmente as formas novas, “criativas”, “expressivas”, “personalizadas” e “individualizadas” de participação política (VAN DETH, 2014). O autor destaca, então, três dimensões da participação: *locus*, alvo e motivação – os que definem os tipos de participação.

Moor (2017) põe à prova o mapa conceitual na aplicabilidade para o que chama de políticas do estilo de vida (*lifestyle politics*). O autor as define como “a politização das escolhas cotidianas, incluindo decisões inspiradas ética, moral ou politicamente sobre, por exemplo, consumo, transporte ou modos de vida” (MOOR, 2017, p. 3, tradução minha). O autor traz ideias como “pense global, aja localmente” e a famosa frase de Gandhi “seja a mudança que você quer no mundo” como boas sínteses dessa ideia. Quanto ao mapa, considera que as ações contemporâneas misturam e agregam uma multiplicidade de alvos e esferas (*locus*). O autor propõe, então, que seja feita a seguinte adaptação no mapa: depois de seguir as “regras de decisão”, é necessário que se questione se o caso analisado possui diferentes arenas e/ou alvos. Se a resposta for positiva é necessário que se repita o processo ao longo do mapa, buscando identificar categorias adicionais que se aplicam ao caso – resultando em definições combinadas.

Para o caso dos eventos e seus organizadores que estão sendo analisados neste trabalho, é importante enfatizar a proposta de Van Deth (2014) de olhar para a motivação dos atores como forma de decifrar se uma ação é política. Muito embora a possibilida-

de de captar as motivações dos atores não seja consensual nas Ciências Sociais, toma-se tal proposta como um convite a ouvir os atores, quando estamos diante de fenômenos novos ou pouco explorados. Neste sentido, a escolha da abordagem das teorias leigas é um esforço de conhecer a perspectiva dos atores sobre suas ações políticas – cujos significados estão em disputa.

A busca dos sentidos conferidos pelos atores à participação política se deu por meio de entrevistas com quatro organizadores de eventos, sendo três de festas de rua e um de bloco de carnaval (que, além da saída oficial, promove ensaios abertos em locais públicos). Partindo da premissa de que todos os eventos se posicionam publicamente como de resistência ou de insurgência contra a ordem vigente, uma pergunta chave é “que teorias esses atores têm sobre o que produz a mudança social?”. Sendo assim, “o que produz a mudança social?” é uma espécie de fio condutor para a análise dos dados.

Retomando o mapa conceitual de Van Deth (2014), as regras mandatórias sobre o que caracteriza uma atividade como de participação política foram plenamente atendidas pelos eventos analisados. A atenção se volta para as regras de dimensões da participação política, *locus*, alvo e motivação. No entanto, tais categorias foram subvertidas pelos atores, pois os sentidos construídos em suas falas geraram outras significações, muitas vezes diversas daquelas da literatura.

2.1. Locus

O *locus* da ação das *ocupações culturais* é a rua, que aparece, na fala dos organizadores, como um lugar privilegiado da política, a rua está ligada ao imaginário políti-

co como lugar da contestação popular – o comício, a passeata, o protesto. O *locus* das ações é destacado na fala dos atores, marca uma mudança, uma tomada de decisão, com frases como “assumi a rua”, “migrei pra rua”, “fomos pra rua”, “me despertou essa questão da rua”. É interessante perceber que para os atores entrevistados não há perda de potência política na troca do seu *locus* de atuação. Dois dos quatro entrevistados tinham experiência de outras formas de militância política e fazem a mudança de sua atuação para a rua, inclusive percebendo como algo mais potente do que as formas tradicionais:

A partir de 2016, meio que eu migrei do rolê de fazer a estrutura com o hip hop e fazer atividades políticas, como seminários em espaços públicos. Assim, [lugares] como a Assembleia, como a Câmara de Vereadores, para essas atividades, deixei esse lance de lado e migrei para rua (Entrevistado C, 2019).

Eu tive um momento de militância na minha vida em centro acadêmico, diretório central dos estudantes, fui militante do PSOL (...) e daí fui aos choques com eles, me abrindo para outras maneiras de se fazer política e cada vez mais não me sentindo acolhido naquele espaço que funcionava através de centralismo democrático (Entrevistado A, 2019).

Estar na rua ganha uma dimensão política para os organizadores que articulam diferentes explicações para este significado. A fala de um deles, universitário e DJ, liga sua ação com fatos da história recente,

como os movimentos de ocupação ao redor do mundo, retoma também questões locais como a particularidade da capital gaúcha quanto à privatização dos espaços públicos, como projeto da gestão municipal:

E daí então tem esse contexto todo, de ocupação de praças, desde lá do Egito, não sei o quê, Primavera Árabe, um monte de coisas, Occupy Wall Street, então isso respinga no Brasil. Também o Brasil, assim, participa desse movimento como um todo, e eu acho que daí vem cada vez mais ganhando força essa coisa de estar nas praças, fazer política através da reivindicação das praças (...) ali, pré-junho de 2013, vinha crescente a questão do espaço público como uma pauta dos movimentos sociais, e da sociedade em geral... (Entrevistado A, 2019).

Na fala dos entrevistados, a rua parece ganhar mais potência política na medida em que percebem um fechamento da política institucional para temas e projetos nos quais estão engajados. É assim ao colocarem o tema da privatização dos espaços públicos, como também em relação ao cenário político nacional. Em outra entrevista, a percepção do organizador, que vive de sua música, sobre a impossibilidade de dar seguimento a um dos seus projetos musicais¹² é narrada assim:

Aí veio o golpe, muda a cena, e eu pego as pessoas que estavam envolvidas nesse projeto e vou tocar na escada [do Viaduto Otávio Rocha] (...) que foi uma coisa meio aleatória, eu vi ali uma produtora que eu achei que

12 Malemolência Samba Lounge: espetáculo com músicas de cunho político, o qual ele acreditava pudesse ser vendido ou contemplado por editais num contexto em que “eventos com viés progressistas” tinham incremento.

poderia ajudar o projeto (...) e a gente começou a tocar ali toda terça-feira, e ali a gente começou a fazer rua... (Entrevistado S, 2019).

O sentido político do *locus* também se constrói, segundo um dos entrevistados pela subversão do uso daquele espaço. O evento promoveria assim uma ruptura na ordem de sua utilização:

Eu acho que está um pouco na proposta mesmo assim do coletivo, que é de ocupar esses espaços urbanos, preferencialmente da rua, (...) e que produza, de certa forma, um deslocamento do olhar e da *experiência* de quem vai tá lá no dia que tem uma festa e no dia que não tem uma festa. (...). Acho que tem algo assim de uma *profanação*, que é tu pegar aquele lugar e fazer outra coisa dele e não aquela que é esperada que se faça (grifos meus). (Entrevistado A, 2019).

A rua é vista ainda como grande arena, em que é possível dar visibilidade às ideias dos coletivos de forma direta para a sociedade, como afirma a entrevistada, feminista, atuante em um bloco:

Quando a gente sai pra rua com nosso instrumento pra fazer aquilo [tocar, dançar, mostrar cartazes], já é político! A gente já tá colocando um ponto de vista e negociando com a sociedade, que esse é o nosso ponto de vista – é o ponto de vista da mulher (Entrevistada N, 2022).

Como síntese, percebe-se que, especialmente na esteira dos movimentos de ocu-

pação, estar nos espaços públicos ganha um significado político que é compartilhado entre os organizadores. A rua é o *locus* de promover experiências e demarcar formas de existência que se veem em oposição a um sistema hegemônico, especialmente numa oposição entre público e privado, em que o público tem seu sentido de bem comum valorizado.

2.2. Alvo

O caso das ocupações por festa se afasta do que Van Deth (2014) nomeia como alvo – o governo, o Estado e/ou um problema comunitário. Na fala dos organizadores não há um alvo estatal claro, nem uma meta objetiva de resolução de um problema. Tal pragmatismo característico da visão política tradicional é substituído por uma preocupação em produzir uma experiência, para os participantes e para os próprios organizadores, que promova valores e práticas de um estilo de vida que defendem.

Abordagens tradicionais da ação coletiva também têm destacado o Estado como alvo preferencial. Tilly e Tarrow (2015), por exemplo, afirmam que a presença do governo e/ou das instituições políticas na disputa de interesses caracteriza o confronto político. Essa perspectiva estado-centrada da Teoria do Confronto Político (TCP)¹³ tem sido criticada por alguns autores. Van Dyke e colaboradores (2005) apontam que tais abordagens direcionaram os movimentos sociais para uma compreensão estreita da política, cujo cerne estaria no confronto, envolvendo o Estado. Assim, deixariam

13 Para uma revisão sobre as correntes de abordagem dos movimentos sociais, ver Alonso (2009) e Silva (2010).

de fora uma série de movimentos que se dirigem a “modelar a opinião pública, as identidades e práticas culturais” (p. 27, tradução minha).

No caso dos eventos das *ocupações culturais*, o maior conflito com o Estado se dá pela legitimidade na ocupação do espaço público. Ainda que assumir uma postura conflitiva com o Estado não seja determinante para todos os entrevistados para que considerem o evento como contestador, todos narram disputas em torno do uso dos espaços. Essas disputas possuem dois focos principais. O primeiro é com o órgão do município que licencia e fiscaliza os eventos de rua: são mencionadas as dificuldades em atender aos requisitos e taxas impostas pela prefeitura. O segundo foco está nas relações tensas entre organizadores dos eventos e as forças policiais: três deles narram diferentes experiências de repressão policial. Embora esses temas sejam bastante presentes, não há ação coordenada ou demanda estruturada para pedir a alteração desse regramento.

O Estado tem significações contraditórias para os entrevistados (e para o mesmo entrevistado também): ele é alvo de crítica (inclusive nas redes sociais) por parte dos organizadores e, simultaneamente, todos os entrevistados citam que já buscaram financiamento estatal ou pretendem buscar. Portanto, a postura de crítica ao Estado não parece ser um valor fundamental, mas possuir uma característica situacional.

A afirmação dos organizadores de que seus eventos são indesejados parece sustentar a teoria de que continuar fazendo os eventos é uma forma de resistência política, ao concretizar a ocupação dos espaços públicos com pessoas, músicas e temas que estariam fora do padrão desejado. É também nesse sentido que aparece a ideia de

ser “fora do sistema”, ao realizar eventos que não estariam na lógica hegemônica do capital, de forma a privilegiar o comércio de produtos artesanais e reutilizados (como os brechós), a partir de uma produção independente ou proximidade com a ideia de economia solidária (OLIVEIRA, 2022). O alvo, assim como a demanda, parecem difusos, pois miram alterar valores sociais diversos, compartilhados muitas vezes de forma tácita ou sutil – diferente de outras formas de protesto que buscam dar clareza sobre sua demanda. Nesse sentido, os principais adversários percebidos pelos organizadores é uma ordem social conservadora, estabelecida especialmente pelo Estado e pelo grande capital. Nas palavras de um dos entrevistados, identificado como anarquista:

Nós agregamos outros coletivos, como o coletivo das guria [brechó] (...). Então, tipo, nós estamos sempre em comunicação e contato com o rolê e é isso que o sistema odeia, porque daí tu consegue te movimentar, fazer uma rede, sem acessar grana pública, e ainda existir... (Entrevistado C, 2019).

Ou ainda, nas palavras do músico sobre a indústria de cerveja ou fonográfica.

Eu acho que a gente tem um poder, e é um poder mesmo. Determinar o que as pessoas vão ouvir é um poder que a mídia usa muito bem, e que a gente quer usar também, e aí sim tem uma cultura de resistência, tu tá usando a cultura para falar de assuntos que tu quer que sejam falados (Entrevistado S, 2019).

Um dos entrevistados, DJ, traz uma interpretação diferente, abordando as “capturas” feitas pelo capital. Segundo ele, seu coletivo tem buscado estabelecer uma relação de gestão dos seus interesses com algu-

mas empresas de cerveja. Tendo como prioridade que o evento siga ocorrendo, optam por ser pragmáticos e, embora o contrato de parceria com cervejas como Budweiser e Becks pareça causar certo constrangimento, avaliam que garantir o financiamento de suas ações seja mais importante.

Outro ponto trazido pelos entrevistados é a importância de produzir experiências que rompam a lógica de organização mais vertical a partir da promoção de formas horizontais no grupo e/ou com o público do evento. Um dos entrevistados fala da sua busca em se afastar da relação com os bares, por considerar uma relação de exploração, e em construir com seu evento relações mais horizontais. Um outro entrevistado destaca que, apesar da maior parte da responsabilidade em organizar o evento recaia em um grupo de seis pessoas, enxerga que o sucesso do evento depende que todos, inclusive o público, colabore com a limpeza, segurança, financiamento, entre outros.

No sentido construído pelos entrevistados, parece estar a premissa atribuída ao que pesquisadores têm conceituado como políticas de estilo de vida (MOOR, 2017), em que há uma politização das escolhas cotidianas – músicas que se ouve, meio de transporte que se utiliza, produtos que se compra – num processo de atribuição de significado político às decisões diárias. Tal significado político parece ser tacitamente compartilhado pelo grupo que organiza e frequenta tais eventos, bem como pelas redes sociais, falas e performances que ocorrem no evento e que reforçam estes valores.

Suas demandas não são elaboradas, nem direcionadas de forma clara e acabada. São um conjunto de valores expressos

no conjunto de significados mobilizados, e os organizadores parecem partilhar da ideia de que promover a vivência desses valores é uma forma de produzir a mudança social. Indo além da noção de políticas de estilo de vida, em resposta para a pergunta “o que produz a mudança social?”, caberia dizer que eles expressam a teoria de que tal mudança é alcançada por meio da promoção de *vivências transformadoras*. Essa ideia pode ser identificada em diferentes falas que destacam a festa como uma experiência de integração social, em que as clássicas divisões por classe, raça, gênero, ficam suspensas. E como visto anteriormente, a escolha do repertório musical seria uma forma de demarcar posições e mobilizar transformações naqueles que o escutam:

Aquele momento que ela tá escutando e a gente tá cantando aquilo para as mulheres... A ficha da menina cai assim: ‘nossa, olha o que eu tô vivendo, olha só o que elas estão falando, e eu tô vivendo essa violência. E agora caiu a ficha que eu não tô sozinha, que eu tenho que me libertar disso’. É uma das partes que mais nos toca, quando a gente olha pro público e a gente percebe, né, aquela menina chorando... isso é bem comum, sabe? (Entrevistada N, 2022).

Outro entrevistado também reforça o potencial da festa como uma *vivência transformadora* que irá impactar na forma como as pessoas vivem suas vidas. O organizador narrou como a crítica das mulheres do coletivo ao *lineup*¹⁴, predominantemente masculino, de um festival de rua, gerou uma série de discussões entre os coletivos e nas redes sociais sobre o machismo na cultura

14 *Lineup* é a lista de DJs que tocará numa festa.

DJ e nas festas de rua. Como consequência, o grupo organizou uma festa de rua somente com DJ mulheres e, desde então, o coletivo assumiu a questão da representatividade feminina no *lineup* da Arruaça. Este caso é dado pelo entrevistado como uma evidência de como se produziu a mudança no interior do grupo, e o quanto ela extrapolou para o público a partir da *experiência*.

Há nas falas dos entrevistados um conjunto de valores que, segundo eles, são difundidos nos eventos de rua, tendo como alvo os próprios participantes, e que passam por críticas ao Estado, disseminação de pautas feministas, de temática LGBT, de promoção de produtos artesanais, reutilizados e/ou de economia solidária; há, ainda, questões de direito à cidade e outras específicas do contexto político, como nos casos da edição do Samba de Terça com o tema “Sambistas contra o fascismo”, e da performance teatral sobre o paradoxo da tolerância na Cumbia, que faziam referência ao governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, nenhuma dessas pautas é em si a demanda ou o propósito dos eventos. Eles fazem pontes com essas demandas, porém colocam centralidade na *experiência* da festa como uma *vivência transformadora*, buscando mobilizar não só a conscientização, mas a percepção – soma de mente e corpo.

Combinado ao sentido de “seja a mudança que você quer no mundo”, há a ideia de um “efeito dominó”, em que é possível difundir esses valores a ponto de fazer frente à ordem percebida como hegemônica. Parece ser nesse rumo que um dos organizadores afirma que entre os objetivos de um coletivo está “produzir outros coletivos”, ou seja, multiplicar uma forma de agir no mundo, entendendo que cada grupo está fazendo sua parte na empreitada da mudança social, e mesmo que um coletivo

específico “não vá estar lá para sempre”, outros estarão.

2.3. Motivação

Talvez o ponto mais polêmico do mapa conceitual de Van Deth é propor que uma das formas de definir a participação política se dá a partir da motivação dos atores. Especialmente, porque não há consenso nas ciências sociais se é possível capturar a motivação da ação, nem mesmo se a ação seria conscientemente motivada (HOOGHE, 2014). Numa perspectiva bourdieusiana, por exemplo, os agentes não agem tendo como fim seus objetivos. A prática se daria no presente do jogo, em meio aos seus afazeres, ou seja, em meio à tomada de decisões que estão inscritas na prática do seu dia a dia (BOURDIEU, 1996). Para este autor, tomar o testemunho dos agentes como fonte de suas práticas seria um erro, seria tomar o “trajeto como um projeto”. Ele afirma que “para dar conta das condutas humanas é preciso admitir que elas se apoiam com frequência sobre teses não téticas, que elas colocam futuros que não são visados como futuros” (BOURDIEU, 1996, p. 145). Por outro lado, como afirma Van Deth (2014), desistir de considerar a intenção é possivelmente perder de vista o próprio fenômeno da participação.

Na perspectiva das teorias leigas é dado relevo à reflexividade dos atores e ao recurso de dar sentido à ação. Aqui neste trabalho, olhar a motivação dos atores aproxima-se do que Schutz (1979) chamou de “motivos a fim de”, que informam sobre a razão de uma ação com vistas a um resultado, diferente dos “motivos por que”, que remetem a situações biográficas (introjettadas consciente e inconscientemente) que moldam as formas de agir.

Interessante perceber que parte da formulação da teoria dos atores dialoga com as críticas que eles reconhecem que são direcionadas à sua ação. Como visto anteriormente, tanto na avaliação de parte da literatura, como na de outros ativistas, as táticas lúdicas sofrem a crítica de serem ineficazes, demasiadamente hedonistas ou sem foco. Essas críticas reaparecem pela fala dos entrevistados, que, portanto, as conhecem, e constroem parte de sua argumentação respondendo a elas. Diferentemente da proposta de Van Deth (2014), neste trabalho, a partir da escuta dos atores, o interesse não está voltado somente na motivação como valor que orienta a ação, mas também no seu caráter explicativo, que lhe dá sentido retroativamente por meio da mobilização de argumentos e evidências. O foco está em como os atores explicam e justificam suas ações, dando-lhes assim o sentido de ações políticas legítimas. Essa perspectiva perpassa a forma como as outras dimensões foram analisadas (*locus* e alvo), mas ganha relevo ao abordar a “motivação”.

Dentre os organizadores dos eventos entrevistados, dois deles ressaltaram que os eventos são uma fonte de renda e esta é uma condição para esses eventos acontecerem. A questão da obtenção de ganhos financeiros com os eventos é sempre motivo de justificativa para os atores, se antecipando às críticas que anteveem no seu campo, de que o interesse econômico tornaria impura a ação política e artística. Essa interpretação dialoga com Bourdieu (1996) quando afirma que há campos em que a lei do mundo econômico é subvertida – campos em que as recompensas estão em atos “desinteressados”, no sentido econômico, como parece o caso da arte e da política. Para o autor, “sobretudo em certos universos, como o campo artístico, científico etc., é melhor aparecer como

desinteressado do que como interesseiro, como generoso, altruísta, do que como egoísta” (BOURDIEU, 1996, p. 154).

Um deles justifica seu lucro enfatizando a estrutura necessária ao evento e a compara com outro tipo de eventos de rua, que resistem em si, ou seja, não possuem necessidade de infraestrutura, nem recolhem receita, como os *slams*. Enfatiza, ainda, a receita como uma forma de sustentar a própria ação política, frente à escassez de outras formas de captação. Enquanto outro organizador explicita essa controvérsia ao contar que já foi questionado sobre a incompatibilidade da política e do lucro. Em outra passagem, usa o mesmo recurso do organizador citado anteriormente: a comparação com outros eventos de rua que são “desinteressados” ou que não possuem a mesma estrutura que o seu.

Porque é aquilo, por ter um posicionamento ideológico, parece que me cobravam, tipo assim, (...) se tu é militante, tu não pode ser pago por aquilo, tu tem que pagar pra fazer aquilo, [eles] têm uma visão burguesa. (...) Bom, evento tem custo e a gente vive disso, eu trabalho de tocar violão (Entrevistado S, 2019).

Já outros dois organizadores ressaltam que a sustentabilidade do evento é o principal destino da receita das festas, no entanto, um deles deixa claro que o que o motivou a tocar na rua também foi conseguir reconhecimento profissional e que isto gerou frutos econômicos. Ele, diferentemente dos outros entrevistados, não toma uma posição defensiva e faz uma positivação da união da política e do trabalho:

A Arruaça era nossa maneira de fazer ação política, mas também era a minha via no começo de poder tocar, então eu queria

poder tocar, então é fazer um pouco desse meu trabalho a minha militância, e a minha militância produzindo essa possibilidade de trabalhar. Inclusive foi o que fez a gente ser conhecido assim – eu como DJ foi o que me fez ser conhecido na cidade, e tal (Entrevistado A, 2019).

A preocupação dos atores no que se refere a justificar o cruzamento entre a militância/política com a sobrevivência/economia expressa um debate moral que permeia não apenas o campo ativista, mas também a própria sociologia da ação coletiva. Quirós (2009), a partir de sua etnografia com os *piqueteros* na Argentina, propõe que se repense a costureira cisão entre “política” e “economia”. De forma crítica, ela identifica na academia uma tendência de contraposição entre a “razão material” e a “razão político-moral”, a qual hierarquiza as motivações e/ou os objetivos. As falas dos entrevistados parecem reconhecer os riscos de reprovação por parte dos defensores da política “desinteressada” e, na medida que suas ações políticas combinam estes elementos, buscam argumentar o porquê da legitimidade da sua ação, dotada de multidimensionalidade com relação às motivações e aos seus fins.

Outro interesse ressaltado nas falas nos entrevistados está relacionado diretamente com a satisfação com as performances que unem a festa, a expressão artística e a política. Não raro, a escolha da tática é explicada também pela decepção ou limitação da política institucional. Um dos organizadores defende a festa e o prazer pessoal como uma forma legítima de fazer política:

Uma coisa que aconteceu no coletivo muito assim, nesse processo de se tá sempre se questionando, sempre vinha isso, “tá mas e

a gente vai fazer só festa?”, ou as pessoas perguntavam “tá mas vocês fazem só festa?” ou “por que só festa?”, “que mais?”, “tá mas qual é o tema da festa?”. É só a festa, é isso mesmo! (...) a gente tá fazendo só festa mesmo, e o “só festa” pode ser um universo de muitas coisas. (...) Pensar que a ação política através da festa, ela por si só já proporciona um espaço de encontro das pessoas, está pra além de nós, do que a gente faz. A gente proporciona aquele espaço, mas a política ela vai extrapolar aquilo, e os efeitos daquela festa, daquela noite, naquelas pessoas, vão ir pra suas casas, pros seus locais de trabalho, então isso já tem algo aí que é interessante (Entrevistado A, 2019).

Numa visão mais tradicional no campo da esquerda, fazer política é uma *luta*, ou seja, é difícil, penoso, arriscado. Numa perspectiva normativa, a festa e o prazer, da mesma forma que o ganho econômico, parecem tornar impura a prática política. O excesso de diversão não caberia no código de posturas tradicional de *como fazer política*. Esta visão foi trazida na seção anterior nas palavras de Zizek (2012) ao analisar os movimentos do *Occupy*, quando afirma que a política é trabalho duro e não diversão. Além da festa como tática, é possível perceber nas falas que há orgulho e prazer em promover os eventos, na proporção que eles adquiriram, na sensação de estar fazendo algo significativo politicamente, artisticamente e as relações pessoais que são fruto destas ações. Este é outro ponto que Quirós (2009) chama a atenção: a dedicação ao ativismo também se apoia no “prazer de fazer”. A autora afirma que tradicionalmente a motivação para o engajamento é explicada pela busca ou obtenção de ganhos morais, políticos ou materiais e a dimensão do envolvimento emocional, do prazer em e na ação é relegado.

Então, tem essa questão colocada assim, vamos fazer coisas que nos deem prazer, sabe, porque facilmente a gente caía, na Arruaça mesmo, reproduzindo os modos tradicionais de se fazer política, onde a política aparece às vezes como uma penitência (Entrevistado A, 2019).

E aí se junta aquele monte de mulher para construir algo, sem competição, sabe? Que é algo que tem muito nos blocos. A ideia era “vamos juntas”, algo coletivo (Entrevistada N, 2022).

Portanto, produzir eventos em que os valores partilhados sejam difundidos, desde a página do evento, em suas músicas, nas performances artísticas, ou simplesmente na vivência da confraternização, seriam formas de transformar como essas pessoas agem no mundo. Assim, a teoria dos atores parece indicar que a resposta à pergunta do mapa de Van Deth (2014) – “se a atividade é usada para expressar intenções e objetivos políticos” – pode ser respondida positivamente. Porém, agregando outros elementos somados à intencionalidade política, como a atividade econômica, a expressão artística, o prazer em fazer e a crença de que ações que envolvem as pessoas em experiências questionadoras do *status quo*, produzem mudança social. A soma desses elementos não é contraditória para os entrevistados. É, ao contrário, até mesmo desejável, ou seja, suas ações buscam fazer dinheiro, política e cultura ao mesmo tempo.

Considerações finais

Num esforço de síntese, se poderia afirmar que as teorias leigas investigadas nesta pesquisa apontam que os atores trazem sentidos diferentes para a participação política do que aqueles tradicionalmente elencados pela literatura e marcados fortemente pela política institucional, o pragmatismo, o cálculo estratégico de interesse e pautas claras. Nas falas, aparece a influência do contexto mundial dos *Occupy* e, de forma particular, pelas ações de vanguarda em Porto Alegre do Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria, que se destacaram especialmente pelo teor artístico, cultural e festivo. Há uma disputa, presente entre os ativistas e na literatura acadêmica, sobre a relevância política desses eventos, ora taxados como ineficazes e fúteis, ora defendidos como de grande potência criativa e transformadora. Por trás dessa disputa, aparece a controvérsia no campo da esquerda sobre o papel da alegria, do hedonismo, da brincadeira e do prazer na política, tradicionalmente defendida como *coisa séria*. Nesse sentido, os eventos investigados se posicionam em defesa da alegria como ação política, especialmente quando a alegria é geradora de conflito, é questionadora, é resistente e insurgente, ou seja, se vê como oprimida.

Sobre os sentidos de participação política das *ocupações culturais*, sob a ótica de seus organizadores, percebe-se que eles tensionam as fronteiras do político, não só na interface com elementos que estariam na esfera privada, em um processo de politização do cotidiano, ao estilo do que tem sido compreendido como *lifestyle politics*, mas também em dimensões que tradicionalmente estão interditas para a política: o benefício econômico, o hedonismo, o prazer. Além disso, defendem a experiência

como fonte de transformação social, retirando a ênfase tradicionalmente dada ao discurso persuasivo e à posterior “tomada de consciência”.

Os dados trazidos neste artigo compõem uma pesquisa em andamento e, nesse sentido, mais do que trazer definições, apontam caminhos. Acredita-se que as controvérsias identificadas na literatura, mas especialmente entre os ativistas, serão fundamentais para construir a forma de aprofundar o olhar para essa realidade. Pensar os momentos críticos (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999, 2006) como privilegiados para a reflexividade dos atores oferece um caminho teórico e metodológico para compreender e apreender teorias leigas como processo e produto. Privilegiar a reflexividade dos atores e apreender os sentidos dados às suas ações, certamente é parte importante para compreender as inovações e reconfigurações que o campo ativista vem passando, especialmente a partir dos anos 2000.

Referências

- ALONSO, A. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 49-58, 2017.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, v. 36, n. 2, p. 144-159, 2016.
- APÓS ato na Praça da Matriz, Porto Alegre tem noite de depredação de lojas, carros e contêineres. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 de jun. de 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/apos-ato-na-praca-da-matriz-porto-alegre-tem-noite-de-depredacao-de-lojas-carros-e-containers-4183785.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *On justification: economies of worth*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, p. 359-377, 1999.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, nov. 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-anos-depois/>. Acesso em: 08 de outubro de 2021.
- BUSSANELLO, S. *Militância e subjetividade: entre a crise e o devir*. 1997. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- CARNEIRO, H. S. *Rebeliões e ocupações de 2011*. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CLARKE, N.; JENNINGS, W.; MOSS, J.; STOKER, G. *The good politician: folk theories, political interaction and the rise of anti-politics*. Cambridge University Press: Cambridge, 2018.
- COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CULTURA de ocupação. *Revista Página 22*, São Paulo, n. 95, p. 44-45, maio 2015. Disponível em: <http://pagina22.com.br/revistap22/95/>. Acesso em: 14 maio 2019.
- DECHEZELLES, S.; OLIVE, M. Les mouvements d'occupation: agir, protester, critiquer. *Politix*, v. 117, n. 1, p. 7, 2017.
- FURNHAM, A. *Lay Theories: everyday understandings*. London: Sage, 2004.

- ding of Problems in the Social Sciences. Oxford: Pergamon Press, 1988.
- GOLDMAN, M. Políticas e subjetividades nos “Novos Movimentos Culturais” (Introdução). *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 9, n. 1 e 2, 2007.
- HARVEY, D. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HECK, M. A. Espaço público e as manifestações urbanas – o caso de Porto Alegre: cartografias e discursos. 2015. 352 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- HOOGE, M. Defining political participation: How to pinpoint an elusive target? *Acta Politica*, v. 49, n. 3, p. 338-341, 2014.
- MAIO, I. Ocupação de espaços públicos de Porto Alegre com eventos culturais-políticos: teorias leigas sobre os sentidos de participação política. Monografia de graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- MARQUES, M.; MARX, V. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica Revista Eletrônica*, Vitória, v. 7, n. 3, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/33691/22368>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2023.
- MOOR, J. Lifestyle politics and the concept of political participation. *Acta Politica*, v. 52, n. 2, p. 179-197, 2017.
- MORRIS, M.; AMES, D.; KNOWLES, E. What we theorize when we theorize: the ‘lay theory’ construct in developmental, social and cultural psychology. *Working Paper*, n. 1523, 1993. Disponível em: <https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/working-papers/what-we-theorize-when-we-theorize-we-theorize-lay-theory-construct>. Acesso em: 30 de julho de 2020.
- OLIVEIRA, G. M. Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, 2022.
- ORLANDI, N. Esquerda cirandeira só pensa em eleições. *Jornal Causa Operária*. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/esquerda-cirandeira-so-pensa-em-eleicoes/>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.
- PEREIRA, M.; SILVA, C. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 615-645, out. 2020.
- PEREZ, O.; SOUZA, B. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41, Caxambu-MG. *Anais [...]*. Caxambu: Anpocs, 2017.
- QUINN, N; HOLLAND, N. *Cultural models in language and thought*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- QUIRÓS, J. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, 2009.
- REVILLA, M. B. Participación política: lo individual y el colectivo en el juego democrático. In: MORAN, M. L.; BENEDICTO, J. *Sociedad y Política*. Madrid: Alianza, 1995, p. 299-323.
- RODRIGUES, F. Operação Ocupação. *Revista Página 22*, São Paulo, n. 95, p. 38-39, maio 2015. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2015/04/30/operacao-ocupacao/>. Acesso em: 14 maio 2019.
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SILVA, C. Inovações nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- SILVA, C. Dinâmicas da ação coletiva: as inovações nos repertórios de contestação nos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo. 2013. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo-RS, v. 46, p. 2-9, 2010.

TEIXEIRA, A. N.; FERNANDES, E. G.; SILVA, M. K. Enquadrando eventos de protesto. *Plural*, São Paulo, v. 27, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/169591/167182>. Acesso em: 7 jan. 2022.

TIETBOEHL, L. *Política na rua: modos de subjetivação e resistência nos movimentos de ocupação dos espaços públicos*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TILLY, C.; TARROW, S. *Contentious politics*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

VAN DETH, J. W. A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, v. 49, n. 3, p. 349-367, 2014.

VAN DETH, J.W. Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything? *Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research*, Grenoble-FR, 2001.

VAN DYKE, N., SOULE, S.; TAYLOR, V. The Targets of social movements: beyond a focus on state. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, Bingley-UK, p. 27-51, February, 2005.

WERNECK, A. Política e ridicularização: uma sociologia pragmática da “graça” da crítica em cartazes das “Jornadas de Junho”. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 611-653, 2019.

ZIZEK, S. O violento silêncio de um novo começo. *In: HARVEY, D. et al. Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida a incorporação frequente de eventos de *ocupações culturais* ao repertório de participação política de diferentes coletivos, que se dá no Brasil, especialmente a partir da segunda década dos anos 2000. Essa tática de protesto é permeada de controvérsias, encontrando críticas quanto à sua legitimidade e eficácia política, tanto entre ativistas do campo da esquerda, quanto em abordagens científicas mais normativas. Este trabalho busca compreender, a partir da perspectiva das teorias leigas, que sentidos os organizadores desses eventos conferem a participação política de modo a legitimarem sua forma de ação. Para isso, toma o caso da cidade de Porto Alegre/RS e lança mão de diferentes estratégias de coleta de dados, como a pesquisa online, a observação participante e entrevistas com os organizadores.

PALAVRAS-CHAVE

Teorias Leigas. Ocupações Culturais. Tática. Participação política.

ABSTRACT

This article takes as its starting point the frequent incorporation of *cultural occupation* events into the repertoire of political participation of different groups, which takes place in Brazil especially from the second decade of the 2000s. This protest tactic is permeated with controversies, encountering criticism in terms of its legitimacy and political effectiveness, both among left-wing activists and in more normative scientific approaches. This work seeks to understand, from the perspective of lay theories, what meanings the organizers of these events confer on political participation in order to legitimize their form of action. For this, it takes the case of the city of Porto Alegre/RS and makes use of different data collection strategies, such as online research, participant observation and interviews with the organizers.

KEYWORDS

Lay Theories. Cultural Occupations. Tactics. Political participation.

Recebido em: 14/03/2023

Aprovado em: 05/07/2023